

PROTAGONISMO ESTUDANTIL: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS ESPAÇOS DE DEBATE

YOUTH LEADERSHIP: STUDENTS PARTICIPATION IN DEBATE PROGRAMS

Vanderlei Wosniak*
Cloves Alexandre de Castro**
Reginaldo Placido***

RESUMO: O presente artigo partiu de uma pesquisa em desenvolvimento em um Centro de Educação Profissional. Busca identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, bem como identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola. Trata-se de pesquisa qualitativa, que se utilizou da pesquisa bibliográfica e documental para a construção dos dados. Os resultados mostram que a participação dos estudantes nos espaços de debate e decisões da escola ainda encontra resistência, fato que reforça a necessidade da discussão sobre o tema, indo além dos instrumentos legais e dos documentos internos.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Democracia; Educação Profissional e Tecnológica; Formação Integral; Grêmio Estudantil.

ABSTRACT: This article comes from research conducted in a Professional Education Center. It seeks to identify and understand the perspective of school agents and players regarding the opportunities for youth action and leadership and to identify and discuss students' performance in school boards. It is a qualitative study drawn from databases of literature and documentary reviews. The results show that students' participation in debate programs and decision-making at school remains resistant, reinforcing the need for discussion beyond legal instruments and internal documents.

Keywords: Integrated High School; Democracy; Professional and Technological Education; Student Council.

* Mestrando do Instituto Federal Catarinense (UFC). Docente da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Contato: vanderleiwosniak@gmail.com

** Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Instituto Federal Catarinense (UFC). Contato: cloves.castro@ifc.edu.br

*** Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Docente do Instituto Federal Catarinense (UFC). Contato: reginaldo.placido@ifc.edu.br

INTRODUÇÃO

O ensino médio integrado à educação profissional (EMIEP) surge com a proposta de “[...] superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao ‘treinamento’ para a execução de determinadas tarefas” (PACHECO, 2015, p. 29). Partilhando do mesmo conceito, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 15) qualificam o ensino médio integrado como “uma proposta de ‘travessia’ imposta pela realidade de milhares de jovens que têm direito ao ensino médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam se situar no sistema produtivo”.

Conforme apontam Nitschke, Plácido e Pitt (2021, p. 42), “os sentidos dos termos educação integral, educação em tempo integral e formação integrada são parecidos e, a depender do contexto em que são utilizados, podem apresentar diversos significados”. Nesse sentido, cabe esclarecer que o EMIEP se trata de uma modalidade de educação profissional, integrada ao ensino médio, em tempo integral, que busca a formação integral do estudante no que se refere à formação humana e cultural para o exercício da cidadania e democracia, integrada à formação para o mundo do trabalho. Ainda que o atual momento não ofereça as condições para a existência da escola unitária ou humanista defendida por Gramsci (2001), a busca por superar o modelo dualista (escola intelectual *versus* escola manual) implica seguir um outro modelo de escola.

Nas palavras de Ramos (2008, p. 2) o modelo a ser seguido, tal qual o preconizado no EMIEP, é o da educação unitária, que “pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Essa perspectiva contra-hegemônica, voltada para a formação integral, agrega o respeito às posições e demandas dos estudantes e o estímulo ao seu envolvimento no processo de construção do cotidiano da escola e do social.

A participação dos estudantes nos debates da vida escolar é assegurada a partir da Nova República. O direito à organização de entidades autônomas representativas dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais, é garantido desde 1985, através da Lei

federal nº 7.398 (que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes do ensino fundamental e médio).

A Lei federal nº 12.852, de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Soma-se a essas, no cenário local, a Lei estadual nº 12.731, de 2003, que trata da garantia da liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio em Santa Catarina e que compõe o rol de legislações que garantem o direito de organização estudantil.

Mais do que respeitar uma determinação legal, a participação, nas palavras de Freire (2006), está localizada na perspectiva de os educandos comporem os espaços de decisões e, para isso, é necessário ir para além do estabelecido pelas relações tradicionais que caracterizam a cultura escolar.

Para Castro (2011), a escola se desenvolveu como um mundo à parte, o que resulta, na formação desses jovens, em um distanciamento das questões mais amplas da sociedade, das questões públicas, constituindo-se como dispositivo avesso aos conflitos e às questões mais amplas da convivência. Entretanto, Plácido, Benkendorf e Todorov (2021, p. 183) afirmam que “a escola é um espaço que está em diálogo com a sociedade, e como tal, não está isenta de retratar situações comuns do cotidiano, refletindo, replicando e reconstruindo comportamentos que compõem a cultura escolar”.

O presente artigo partiu de uma pesquisa em desenvolvimento em um Centro de Educação Profissional, na rede pública estadual de Santa Catarina. A pesquisa em questão, vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), busca identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, bem como identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola.

Este artigo, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, se apresenta com a perspectiva de colaborar para o debate a respeito do protagonismo estudantil. Parte-se de um breve histórico, que trata da manifestação estudantil. Na sequência, o trabalho tenciona refletir sobre a escola enquanto espaço para

a contradição, as disputas de ideias e a transformação social. Por fim, o texto discute os espaços e as formas atuais de manifestação dos estudantes, com destaque para a forma colegiada por meio do Grêmio Estudantil. Desta forma, este estudo reconhece o estudante como sujeito social dotado de autonomia, cuja atuação busca ser compreendida e respeitada pelos demais personagens que constituem o espaço escolar.

Após essa introdução, a segunda seção apresenta um histórico do engajamento estudantil. Na sequência, apresenta-se a escola enquanto espaço democrático, assim como as possibilidades de organização coletiva dos estudantes, e aponta-se o Grêmio Estudantil como local privilegiado para esta prática. Em seguinte, descrevem-se os procedimentos metodológicos. O trabalho segue com a apresentação dos resultados e as discussões. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL: UM BREVE HISTÓRICO

Tanto Moretti (1984) quanto Poerner (2004) registram que o movimento estudantil tem seus primórdios em 1901, quando foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros. Rosa (2019) destaca que o primeiro Grêmio Estudantil (GE) do país foi fundado em São Paulo, no ano de 1902, com característica recreativa, voltada para o esporte, a cultura e o lazer.

No período mais obscuro da nossa história recente, a União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), cada qual em seu sítio eletrônico, destacam o rigor utilizado pelo regime militar contra os estudantes. A primeira ação da ditadura civil-militar brasileira ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo, 132, na fatídica noite de 31 de março para 1º de abril.

Nos anos de chumbo, a Lei Suplicy de Lacerda colocou a UNE, a UBES e os grêmios estudantis na ilegalidade. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes (UNE, 2021; UBES,

2021). O ano de 1968 evidenciou os laços entre estudantes e operários, quando teve início, no Brasil, a eclosão de várias manifestações sindicais-populares.

Os estudantes reivindicavam ensino público e gratuito para todos, democratização do ensino superior e melhora na sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões e mais verbas para pesquisa, além de contestarem a ditadura implantada com o golpe de 1964 (ANTUNES; RIDENTI, 2007). Enquanto o movimento operário promovia a “luta pela criação de comissões de fábricas, contra o despotismo fabril, contra a superexploração do trabalho, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e em clara confrontação à ditadura militar no Brasil” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 86).

Na recente democracia brasileira, a partir da chamada “Nova República”, o protagonismo dos grêmios estudantis transbordou os muros da escola e ganhou as ruas do país, levando a cultura escolar como ferramenta de disputas de agendas caras à realidade nacional. Importante também destacar os estudantes secundaristas “caras-pintadas”, em 1992, como um dos principais personagens da campanha “Fora Collor!”, que, com irreverência e criatividade, arrastaram multidões pelo país após ser revelado que o presidente Fernando Collor de Mello – que assumiu a presidência em 1990 – estava envolvido em escândalos de corrupção.

Mais recentemente, entre 2015 e 2016, ocorreram movimentos de ocupações de escolas liderados por estudantes e suas representações, que se opuseram ao projeto do governo do estado de São Paulo em fechar dezenas de unidades escolares. Os estudantes desencadearam o movimento de ocupação das escolas, cuja fagulha, em pouco tempo, “incendiou” vários locais do país. Em Santa Catarina, o movimento de resistência foi desencadeado após o anúncio da Reforma do Ensino Médio.

Segundo Reis, Lino e Sartori (2018, p. 57),

[...] as ocupações de aparelhos hegemônicos do Estado que ocorreu no país entre 2015 e 2016 provocou uma importante reflexão sobre a forma como os poderes executivo e legislativo vêm conduzindo as políticas públicas em nosso país, uma agenda econômica marcada por sucessivos cortes orçamentários, apropriação do fundo público e privatização de serviços essenciais como saúde e educação. As ocupações deixaram também o exemplo do forte engajamento, ativismo e reinvenção na forma de protestar e reivindicar seus direitos.

Apesar de cada ocupação ter uma pauta específica, havia uma luta em comum, contestando a reforma do Ensino Médio, o congelamento dos gastos públicos e o projeto de lei Escola sem Partido (REIS; LINO; SARTORI, 2018).

O protagonismo estudantil se manifesta de diversas formas e, apesar dos hiatos nesse breve histórico, fica evidente que os estudantes conquistaram visibilidade pelo protagonismo na sociedade, porém foram perseguidos pelos aparelhos de repressão. Eles tiveram participação ativa em momentos decisivos para o país, mas foram vítimas de significativa oposição às suas organizações, mesmo em um período de normalidade institucional.

Esse protagonismo não se constituiu através de fenômenos sobrenaturais ou acasos determinados pela natureza. Trata-se de processos históricos, socioculturais acumulados na produção dos tecidos socioespaciais, entre eles, a escola.

ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Neste país com história assentada na cultura de autoritarismo, entre os desafios da escola, em sua dimensão social, encontra-se o de educar para a democracia. Democracia que tem “o objetivo de ampliar a capacidade de influência popular sobre as decisões públicas” (MIGUEL, 2018, p. 7). Democracia como meio para a construção e o exercício da liberdade social, contemplando os esforços para concretizar o entendimento entre grupos e pessoas, a partir de valores construídos historicamente (PARO, 1999).

Considerando os objetivos e o recorte deste texto, importa também problematizar sobre a gestão democrática escolar na rede estadual de Santa Catarina. Após vários anos adotando a indicação/nomeação por autoridade estatal como modalidade de escolha do diretor, o estado de Santa Catarina instituiu, em 2013, a possibilidade da escolha do seu gestor por meio do voto direto.

Em Santa Catarina, as eleições para diretores foram institucionalizadas em 1985, pela Lei nº 6.709, porém, em 1987, os diretores tiveram seus mandatos suspensos pelo então governador Pedro Ivo (PARO, 2003). Após longo período

de restrições à adoção de mecanismos de democratização da gestão escolar, como a eleição direta para dirigentes escolares, observamos, em 2013, a confirmação da mudança para o atual modelo, que ocorre por meio da análise de propostas de Plano de Gestão Escolar (PGE), apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de diretor de unidade escolar. Neste modelo adotado pelo estado, cada proponente apresenta o seu PGE para a comunidade escolar, e a escolha se dá por meio de eleição, através do voto direto. O primeiro processo eletivo neste modelo ocorreu em 2015, e os diretores eleitos assumiram a direção das escolas a partir de 2016, sendo permitida a reeleição. O Decreto nº 194, de 31 de julho de 2019, dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da rede estadual de ensino.

Compreendendo que a eleição de diretores está fundamentada em seu caráter democrático, Paro (2003, p. 26) afirma que, “à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade”, e acrescenta que “[...] a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses [...]” (PARO, 2003, p. 27).

Enquanto espaço próprio para a prática democrática, a escola tem a possibilidade de capacitar e encorajar seus estudantes a exercer sua cidadania na construção de uma sociedade mais justa e solidária, rompendo com a dicotomia verticalizada professor *versus* aluno. Espaço onde estudantes e professores se reconheçam sujeitos e se reconheçam também trabalhadores. Espaço onde “as comissões, a assembleia, enfim, os órgãos coletivos são palco de vivência e grandes mediadores. A escola inteira ensina” (PISTRAK, 2009, p. 31).

Tanto os instrumentos legais (leis, decretos, resoluções etc.) quanto os documentos internos de cada instituição constituem importantes ferramentas. Porém, tão importante quanto as ferramentas de discurso é a participação coletiva, com direito à voz nos diversos momentos da vida escolar: nas assembleias, na reunião dos órgãos colegiados, na elaboração dos documentos

que organizam a vida escolar. E onde essa realidade teoria-prática não está constituída, cabe reivindicá-la. Para Chauí¹,

[...] as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos, vão muito além da sua regulamentação jurídica formal. Elas significam que os cidadãos são sujeitos de direitos, e que onde tais direitos não existirem ou não estiverem garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los. (CHAUÍ, 2016, informação verbal)

Segundo Veiga (2005), outro importante meio capaz de ressignificar a escola é a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, ou seja, uma construção do documento de forma participativa enquanto fazer público e comunitário para além do tracejado cinzento da escrita das letras. Isso significa também criar espaços para participação protagonista dos estudantes. Nas palavras da autora,

[...] a principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (VEIGA, 2005, p. 9)

Pistrak (2009; 2018) e Zabala (2014) destacam a assembleia de alunos como instrumento de debates, propostas ou exposições. Para esses autores, a assembleia constitui um instrumento valioso para promover e potencializar valores e atitudes, em que os estudantes desenvolvem o senso crítico, de responsabilidade e pertencimento. A partir desta perspectiva, é possível afirmar que o Grêmio Estudantil (GE), objeto desta pesquisa, se apresenta como a organização que possui, no momento, as melhores condições de conduzir a assembleia de alunos. Não só em função das leis anteriormente citadas mas também por suas características. Segundo Martins e Dayrell (2013, p. 1267), “[...] o GE se constitui como importante espaço de socialização para os jovens alunos, com ênfase na aprendizagem da vivência coletiva, no lidar com os conflitos e no exercício de escolhas, dentre outras”. No mesmo sentido, Dalberio (2008, p. 7) afirma que o GE deve ser visto como “um hábito saudável de reflexão e

¹ Discurso em aula magna na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), organizada pelo Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina (CERP-SC).

participação política, favorecendo o amadurecimento dos educandos perante os seus problemas e a experiência democrática, formando-se, desse modo, verdadeiros cidadãos”.

Por outro lado, González e Moura (2009, p. 88) asseveram que,

[...] enquanto os integrantes do Grêmio Estudantil estiverem se objetivando e apropriando de práticas formativas que mantêm as relações sociais de dominação de forma naturalizada, essas atividades não promoverão a emancipação ou humanização dos indivíduos, tendendo a um intenso e profundo processo de despolitização dessa alternativa.

Enquanto espaço de convivência, a escola, ao mesmo tempo que condiciona, é também condicionada por práticas sociais, econômicas e histórico-culturais, constituindo-se, assim, em território que abriga outros territórios no seu interior, dada a multiplicidade de atores e culturas. Entretanto, “enquanto o ideal democrático indica que a preferência de cada cidadão deve valer tanto quanto a preferência de qualquer outro, no mercado capitalista a influência de cada um é desigual, dependendo dos recursos que ele controla” (MIGUEL, 2019, p. 37).

Portanto, é mister que a escola assegure urgentemente a participação dos estudantes junto aos demais colegiados da escola, sob o risco de alimentar a ausência do protagonismo estudantil e a sua exclusão dos fóruns de debates e decisões.

TRANSFORMANDO O ESPAÇO

É inegável que o acesso à escola pública pela classe trabalhadora foi fundamental para a diversificação sociocultural desse espaço, no entanto o acesso por si só não garante a democratização. A chegada desses “novos” estudantes é amiúde, incompatível com o sistema escolar, muitas vezes tradicional. Segundo Silva (2015, p. 55), há casos em que se espera que, “nessa realidade, o estudante, ao adentrar os muros escolares, deve investir-se da condição de aluno e todas as suas vivências extraescolares são, geralmente, desconsideradas”. Quando, na verdade, “os jovens tendem a transformar os

espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados” (DAYRELL, 2007, p. 112).

Segundo Paro (2007), a democracia caracteriza-se pela participação ativa dos cidadãos na vida pública não apenas como detentores de direitos mas também como criadores de direitos. A democratização do Ensino Médio vai além da ampliação do número de vagas. Uma nova concepção de escola, logo, de sociedade, “[...] só será possível numa sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos” (KUENZER, 2000, p. 26-27).

De acordo com Moura (2014, p. 15), “parte-se do pressuposto de que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado”, pois a proposta é de desenvolvimento integral do ser humano nos mais variados aspectos, e não somente para a possibilidade da empregabilidade. Se a opção da escola é a formação integral do sujeito e um dos objetivos é a educação nos valores democráticos, então esse espaço precisa abraçar essa proposta de forma a acolher os atores que compõem a comunidade escolar e por meio de suas experiências cotidianas produzem a cultura escolar.

Zabala (2014, p. 153-154) assevera que

Em muitas escolas já é habitual encontrar declarações de princípios que consideram como função básica a formação de cidadãos democráticos capazes de atuar com autonomia e responsabilidade. Portanto, se trata de escolas que têm considerado como conteúdos de aprendizagem os valores e as atitudes democráticas, o espírito crítico, a responsabilidade pessoal, a aceitação das opiniões dos demais, a autonomia de pensamento e outros conteúdos de caráter atitudinal.

Escolas onde os espaços de manifestação dos estudantes configuram importantes ambientes de socialização permitem o pensamento crítico e ampliam a vivência escolar de forma significativa e se identifica “a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação” (HOOKS, 2017, p. 12). Nessas escolas, os estudantes criam vínculos e sentimentos de pertencimento que vão além da sala de aula.

Nesse sentido, a assembleia – conduzida pelo GE – se apresenta como forma superior de expressão do coletivo (PISTRAK, 2018). Ela é o momento de

apresentar as propostas e destacar a necessidade de cada iniciativa e, por meio do debate público, esclarecer por que tais temáticas interessam aos estudantes. Porém, a decisão representa a vontade coletiva, pautada na preocupação com o bem viver do coletivo, com a construção de uma sociedade mais humana. Dessa forma, “[...] o grêmio se mostra como local privilegiado para a ampliação das relações pessoais, para o companheirismo, para ouvir e respeitar o outro em seus posicionamentos e opiniões” (MARTINS; DAYRELL, 2013, p. 1274).

E o papel do professor? Nesse processo, a relação de domínio por meio da intervenção hierarquizada é substituída pelo sentimento de cumplicidade. Nessa relação, o professor deve “[...] a seu tempo dar ajuda e conselho, ele deve discretamente dirigir pelas crianças, mas não tutelá-las exageradamente” (PISTRAK, 2009, p. 129). Ao se reconhecer como integrante da classe trabalhadora, assumindo o compromisso ético-político com a formação da classe trabalhadora, pode contribuir para a formação de sujeitos emancipados e autônomos (MOURA, 2014).

De acordo com Paro (2007, p. 120), “[...] se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações sociais e as atividades que aí se dão de modo a ‘marcar’ os sujeitos que por ela passam com os sinais da convivência democrática”.

Ainda que muitas vezes as relações nesta sociedade conduzam à exclusão, a busca por outra sociedade é uma jornada que precisa e merece ser percorrida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partimos do princípio de que não há como falar em educação integral sem considerar as experiências dos estudantes e seus envolvimento no processo de construção social. As perguntas motivadoras da pesquisa encaminharam a investigação para o campo das possibilidades de atuação e protagonismo dos estudantes. Na busca de identificar e compreender a perspectiva dos agentes e atores da escola quanto às possibilidades de atuação e protagonismo estudantil, bem como identificar e discutir a atuação dos estudantes junto aos demais

colegiados da escola, foi desenvolvida essa pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, com coleta bibliográfica e documental.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Ao situarmos a escola como produto de relações sociais, a preocupação relaciona-se com a dinâmica dessas relações sociais dos estudantes junto aos demais atores.

Partimos da pesquisa bibliográfica e documental quando foi realizada a busca de referências sobre o estado da arte das produções que se aproximam da nossa pesquisa. A busca se deu em bases de dados científicos: repositórios on-line de periódicos, teses e dissertações, como periódicos Capes, Dialnet, Scielo, UFSC, além da biblioteca convencional da FURB. Para a pesquisa documental realizada na instituição, buscamos as atas, os regimentos e o acervo fotográfico.

Após a coleta dos artigos, procedeu-se a análise preliminar, por meio de leitura dos resumos; em seguida, a seleção deles de acordo com os resultados apresentados em consonância com os questionamentos da pesquisa. Consideramos como principais termos de busca: grêmios estudantis, protagonismo estudantil, movimento estudantil, democracia, gestão democrática, educação profissional e tecnológica, formação integral, ensino médio integrado (EMI) e outros termos e expressões correlatos.

Foi possível constatar o pequeno volume de registros referente ao protagonismo estudantil no cenário local e a ausência de pesquisa sobre o protagonismo estudantil nessa importante instituição pública estadual de ensino profissionalizante de Santa Catarina. Com base nesta realidade, incluímos, nos caminhos do método, a pesquisa documental nos arquivos da instituição, quando analisamos as atas de reuniões, o Plano Político Pedagógico (PPP), o Plano de Gestão Escolar (PGE) e o acervo fotográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No caso da instituição, objetivo e lócus da pesquisa deste artigo, os documentos apresentam, entre os seus objetivos, a formação integral, por meio de ações pedagógicas voltadas para a autonomia e o exercício da cidadania, tendo por princípio a gestão democrática. Destacam, ainda, que o gestor escolar tem a função de garantir a participação efetiva das entidades democráticas nas tomadas de decisões e promover a transparência dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros. Entre as possíveis formas de participação coletiva nos espaços de debate e decisões da escola, destacam-se o Conselho Deliberativo Escolar (CDE), a Associação de Pais e Professores (APP) e o Grêmio Estudantil (GE). Não obstante, os documentos demonstram ser raros os momentos em que os estudantes foram chamados ao debate. Quando registrada a presença dos estudantes ou representante destes, não encontramos qualquer menção às suas opiniões.

Segundo as Diretrizes para o Conselho Deliberativo Escolar, o CDE tem a finalidade de assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na gestão democrática, com funções de caráter consultivo, normativo, deliberativo e avaliativo, além de promover o fortalecimento da autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares (SANTA CATARINA, 2018). Já a APP tem a sua criação e existência asseguradas na rede pública estadual através do Decreto nº 31.113, de 18 de dezembro de 1986. O referido decreto determina, em artigo 2º, que a APP reger-se-á por estatuto próprio, aprovado em assembleia geral.

O envolvimento dos estudantes com os demais colegiados e o seu engajamento em pautas coletivas são condições fundamentais para a formação integral. Trata-se de um trabalho coletivo que envolve estudantes e professores e pressupõe a existência de espaços aberto ao diálogo, à divergência e à construção coletiva de culturas democráticas no espaço escolar que, por meio da permeabilidade e porosidade que caracterizam os espaços sociais, contribui para o transbordamento da cultura democrática para além dos muros da escola (PLÁCIDO; BENKENDORF; TODOROV, 2021).

Dayrell (2007, p. 1117) aponta que “se a escola se abriu para receber um novo público, ela ainda não se redefiniu internamente, não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade”. Mas, o trabalho de Pistrak, retratado durante o período inicial da Revolução Russa, entre 1917 e 1931, já alertava para a necessidade de acreditar na capacidade organizativa e na autonomia dos estudantes:

A prática mostra que a falta de atenção da escola para com o movimento não pode se prolongar se a escola não deseja ter seus interesses definitivamente apagados. A escola não só deve levá-lo em conta como um fator de grande peso e significação na educação, mas também adaptar-se em seu trabalho e ele. (PISTRAK, 2018, p. 266)

Porém, nossa pesquisa documental sugere que, na instituição pesquisada, parte dos atores que a constituem ignoraram a importância e o direito de os estudantes serem representados através de um colegiado. Ao discutir as pautas e os desafios do movimento estudantil atual, Toneto e Cardomingo (2019, p. 90-91) destacam a sua função

[...] de ser para muitos um primeiro espaço de militância e formação política, uma força capaz de melhorar as condições materiais do espaço na qual ela se insere, desde a sala de aula, até a escola, universidade e, por fim, como ferramenta de mobilização e transformação inserida num contexto mais amplo de disputa ao lado de outros movimentos sociais.

Nas palavras de Paro (2007), como querer “pessoas comprometidas com a democracia, com a cidadania, com o resultado do estudante” e ao mesmo tempo aceitar que tudo fique “como está”, se sabemos que “como está” concorre para a burocracia, para o autoritarismo e para os obstáculos, inclusive para as pessoas bem-intencionadas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que é inegável que o acesso à escola pública pela classe trabalhadora foi fundamental para a diversificação sociocultural da escola, é preciso ter claro que o acesso por si só não garante a democratização. Uma sociedade democrática se desenvolve e fortalece politicamente, buscando a

solução de seus problemas (injustiça social, desemprego, corrupção etc.) por meio da ação coletiva de seus cidadãos.

Por um lado, a pesquisa bibliográfica apontou que os espaços do movimento estudantil configuram importantes ambientes de socialização e ampliam a vivência escolar, permitindo criar vínculos e um sentimento de pertencimento que vai além da sala de aula. Por outro lado, a pesquisa documental sugere que na realidade local ainda há necessidade de ampliar a participação dos estudantes nos espaços de debate e decisões.

Mesmo diante dos limites e das dificuldades característicos do atual momento, produto da ideologia vigente que inculca o desacreditar em saídas coletivas, o GE pode se apresentar como possibilidade de antagonizar ao projeto dominante, seja reivindicando esses espaços de debate coletivo, que visam estimular a discussão e a troca de ideias, construindo espaços de tolerância e respeito, seja por meio de projetos solidários que promovem o acesso aos bens culturais.

A experiência de construir o GE e desenvolver ações para que ele fique permanentemente em movimento é um significativo avanço.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

AULA MAGNA COM MARILENA CHAÚ NA UFSC: O QUE É DEMOCRACIA? [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3h12min20s). Publicado pelo canal CERP-SC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZAFa7TZX3oA>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Lei do Grêmio dos estudantes secundaristas. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Lei do Estatuto da Juventude. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>.
Acesso em: 19 jun. 2021.

CASTRO, Lucia Rabello de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 3, n. 47, 2008.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição**. 3. Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; MOURA, Marcilene Rosa Leandro. Protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente. **Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 375-392, jul./dez. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol 2: Os intelectuais**. O princípio educativo. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação e Sociedade**, n. 70, p. 15-39, abr. 2000.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out.-dez. 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina.** Florianópolis: Clube do Livro UDESC, 1984.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional.** Coleção formação pedagógica; v. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

NITSCHKE, Alessandra; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; PITT, Henrique. O núcleo docente básico na construção curricular do ensino médio integrado em um Instituto Federal: Avanços e Limites. **Reflexão E Ação**, v. 29, n. 3, p. 41-56, 2021.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. (org.). **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PARO, V. H. **Educação de diretores:** a escola pública experimenta a democracia. 2. Ed. São Paulo, SP: Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Editora Ática, 2007.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **A escola-comuna.** Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **Fundamentos da escola do trabalho.** Traduzido por Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; BENKENDORF, Shyrlei Karyna Jagielski; TODOROV, Denise Matiola. Porosidade e permeabilidade: uma abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares a partir da cultura escolar. **Revista Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 183-196, 2021.

POERNER, Arthur. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RAMOS, Marise. Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, 1., 2008, Natal. **Anais** [...]. Natal: Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2008.

REIS, Valdeci; LINO, Fernanda Silva; SARTORI, Ademilde Silveira. Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 54-76, 2018.

ROSA, Leandro Amorim. **Ocupações estudantis**: um estudo psicopolítico sobre movimentos paulistas de 2015 e 2016. 276 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 31.113, de 18 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a existência das Associações de Pais e Professores. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: <file:///C:/Users/nane_/Downloads/Decreto_n_31.113_86.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 194, de 31 de julho de 2019**. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da rede estadual de ensino. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-194-2019-santa-catarina-dispoe-sobre-a-gestao-escolar-da-educacao-basica-e-profissional-da-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SANTA CATARINA. **Diretrizes para o Conselho Deliberativo Escolar**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTA CATARINA. **Lei nº 12.731, de 06 de novembro de 2003**. Lei do Grêmio Estudantil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, [2022]. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12731_2003_lei.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SILVA, Maciel Pereira da. Juventude (s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontro de culturas”. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015.

TONETO, Rodrigo; CARDOMINGO, Matias Rebello. Ocupar e resistir: pautas e desafios do movimento estudantil hoje. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (orgs.). **Juventude no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 83-101.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Memórias**. 2021. Disponível em: <http://www.ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 1º jun. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Memória**. 2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2005. p. 6-34.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Recebido em: 13/06/2022.

Aprovado em: 24/10/2022.

